



MARIANE BEATRIZ SILVA TEIXEIRA

**IGREJA CATÓLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: A
INFLUÊNCIA DOS SETORES PROGRESSISTAS NAS
QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO PERÍODO DO REGIME
MILITAR**

LAVRAS – MG

2020

MARIANE BEATRIZ SILVA TEIXEIRA

**IGREJA CATÓLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: A INFLUÊNCIA DOS SETORES
PROGRESSISTAS NAS QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO PERÍODO DO
REGIME MILITAR**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof.^a Dr.^a Júlia Moretto Amâncio
Orientadora

**LAVRAS – MG
2020**

MARIANE BEATRIZ SILVA TEIXEIRA

**IGREJA CATÓLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: A INFLUÊNCIA DOS SETORES
PROGRESSISTAS NAS QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO PERÍODO DO
REGIME MILITAR**

**CATHOLIC CHURCH AND SOCIAL MOVEMENTS: THE INFLUENCE OF
PROGRESSIST SECTORS ON POLITICAL AND SOCIAL ISSUES IN THE PERIOD OF
MILITARY REGIME**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADO em 21 de agosto de 2020.

Prof.^a Dr.^a Camila Maria Risso Sales - UFLA

Prof.^a Dr.^a Júlia Moretto Amâncio

Orientadora

LAVRAS – MG

2020

AGRADECIMENTOS

A gratidão nesse momento se faz infinita em meu coração. Estar prestes a concluir meu grande sonho de infância é um misto de alegria, realização e orgulho.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, o Deus de todos, dos pobres e menos favorecidos, aquele a quem sempre confiei meus sonhos e minha vida e que de forma implícita está em cada linha deste trabalho. À minha mãe, minha estrela guia, agradeço por ter sido meu chão, me ensinado a ser independente e a lutar com toda força do mundo pelos meus sonhos. Ao meu pai agradeço por ser meu céu, por sempre acreditar em mim e ser hoje minha âncora, meu melhor amigo e fiel companheiro. Agradeço a todos os meus familiares, a cada um, por seu modo especial de ser, e de caminhar comigo, me amparar, sobretudo, quando a vida insistiu em ser difícil. Especificamente, agradeço a minha madrinha Esther, por ser a avó com a qual não tive a oportunidade de conviver, e por sempre me incentivar e ser exemplo. Ao meu namorado Marcos por ser paz, apoio e compreensão. Aos meus amigos da vida por serem tranquilidade e leveza. Aos amigos conquistados durante a graduação, obrigada por partilharem inúmeros sentimentos que esse lindo caminho nos trouxe e por serem parte da profissional que eu serei. À minha amiga irmã Mariana por me ouvir, caminhar comigo e ter tornado esse caminho bem mais leve.

À Universidade Federal de Lavras agradeço pelos inúmeros aprendizados que vão muito além da sala de aula; obrigada pela diversidade e pelo amor existente em cada pedacinho deste Campus. Aos mestres agradeço por todos os ensinamentos, em especial, agradeço à minha orientadora Júlia que foi, além de professora e amiga, uma mãe nessa caminhada. Obrigada por me conduzir, amparar e compreender sempre. Ao Observatório de Políticas Públicas agradeço por ter reforçado meu lado social, por me instigar a sempre trabalhar em prol dos mais necessitados e a ter um olhar de amor para com todos. Por fim, agradeço de coração a todos os meus entrevistados que dividiram suas histórias tão preciosas em prol deste trabalho.

Este é um fruto de histórias de muita luta e doação pela igualdade e justiça. Muito obrigada!

“A gente tem que trabalhar pelo direito, pelo direito ao trabalho, pelo direito de ser digno, pelo direito de produzir sua própria existência, pelo direito de produzir sua própria vida.” (E10)

RESUMO

A Igreja Católica sempre foi uma instituição presente na história estrutural e política do Brasil. Nos anos 1960, particularmente, após sofrer modificações em sua base e diante de um Regime Ditatorial que assolava o país, ela assumiu uma participação política e social muito importante. Dessa forma, este trabalho propõe analisar qual a influência dos setores progressistas da Igreja Católica nas questões políticas e nos Movimentos Sociais durante o período do Regime Militar. As respostas se dão através do objetivo geral e dos objetivos específicos, sendo eles: compreender a influência dos setores progressistas da Igreja Católica na política e nos movimentos sociais durante o Regime Militar, analisar a importância da Teologia da Libertação no contexto estudado e descrever a atuação das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base junto aos movimentos sociais, por meio da pesquisa qualitativa-descritiva e análise baseada na metodologia de história oral e do método bola de neve. Os resultados apontaram que a Igreja Católica esteve presente na vida de muitos militantes desde a sua infância ou adolescência, tendo exercido influência na criação de uma consciência social prematura que se estendeu a outros ambientes e a ações mais concretas como a participação ativa nas Pastorais, CEBs e movimentos sociais. A Teologia da Libertação, as Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base, por sua vez, tiveram papel essencial na atuação próxima ao povo: propondo discussões baseadas no evangelho, assumindo causas sociais importantes, materializando a ação e influência da Igreja Católica progressista, atuando sempre junto aos Movimentos Sociais, Sindicatos e outros segmentos e os influenciando diretamente na luta e conquista de direitos antes inexistentes e pelo fim do Regime Militar.

Palavras-chave: Igreja Católica. Movimentos Sociais. Regime Militar.

ABSTRACT

The Catholic Church has always been an institution present in the structural and political history of Brazil. In the 1960s, particularly, after undergoing changes in its base and facing a Dictatorial Regime that plagued the country, it assumed a very important political and social participation. Thus, this work proposes to analyze the influence of the progressive sectors of the Catholic Church on political issues and on Social Movements during the period of the Military Regime. The answers are given through the general objective and the specific objectives, which are: to understand the influence of the progressive sectors of the Catholic Church in politics and social movements during the Military Regime, to analyze the importance of Liberation Theology in the studied context and to describe the performance of Pastorals and Ecclesial Base Communities with social movements, through qualitative-descriptive research and analysis based on the methodology of oral history and the snowball method. The results showed that the Catholic Church has been present in the lives of many militants since their childhood or adolescence, having influenced the creation of a premature social conscience that extended to other environments and to more concrete actions such as active participation in Pastorals, CEBs and social movements. Liberation Theology, Pastorals and Basic Ecclesial Communities, in turn, played an essential role in acting close to the people: proposing discussions based on the gospel, taking on important social causes, materializing the action and influence of the progressive Catholic Church, always acting together with Social Movements, Unions and other segments and directly influencing them in the struggle and conquest of rights that did not exist before and at the end of the Military Regime.

Keywords: Catholic Church. Social Movements. Military regime.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 O papel político da igreja católica no Brasil	10
2.2 A Igreja Católica e os movimentos populares no regime militar.	12
2.2.1 Pastorais	15
2.2.2 Teologia da Libertação.....	17
2.2.3 Comunidades Eclesiais de Base	18
3 METODOLOGIA.....	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
4.1 A História da Igreja Católica em consonância com a história e ação social dos membros.	23
4.2 A Importância da Teologia da Libertação para uma ação mais próxima aos marginalizados e oprimidos.....	24
4.3 Atuação das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base	26
4.4 Pastorais, Comunidades Eclesiais de Base e Movimentos Sociais durante o período do Regime Militar.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos entrevistados.....	36

1 INTRODUÇÃO

Os anos 1960 no Brasil foram marcados politicamente por uma forma de governo autoritário regido por militares, onde as diferentes formas de expressão eram fortemente censuradas. Foi nesse período que os movimentos sociais, instrumentos de representação popular, sofreram dura repressão por parte do Estado. Diante desse contexto muitos deles, que vinham tendo uma grande promoção, foram obrigados a cessar suas atividades e observar suas lutas se tornarem cada vez mais invisíveis perante o governo e a sociedade.

Foi nesse período também que, como aponta Gohn (2000), as classes altas e médias brasileiras conquistaram sua ascensão devido às *benesses* que o novo regime lhes ofertava. Tal fato salientou ainda mais as más condições de vida da classe operária. O poder de compra e as condições de trabalho e de moradias eram precárias, o que acabou por uma grande insatisfação das classes mais baixas.

Apesar de o cenário social gerar inúmeros descontentamentos, o contexto político, no entanto, não se encontrava favorável para mobilizações, pois a repressão era cada vez mais dura e os grupos precisavam de algum apoio externo. É nesse momento que a Igreja Católica representada por seus segmentos progressistas emerge como instituição de grande importância. Segundo Frei Betto (1985), ela era uma das únicas instituições que, por seu histórico, ainda escapava do controle do Estado.

Após o Concílio Vaticano II e a conferência de Medellín, a Igreja Católica na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil, passou por uma reestruturação de suas bases mediante uma crise de poder, e uma onda de clamor por liberdade instaurou no seu âmbito a Teologia da Libertação: uma resposta eclesial e política para as necessidades sociais. Tal Teologia inspirou a ala progressista da Igreja a atuar diretamente junto aos marginalizados e oprimidos por meio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

As pastorais da Igreja Católica tiveram o seu despertar por meio da Ação Católica, nascida oficialmente em 1922 no pontificado de Pio XI, e que foram responsáveis pela instituição das Comunidades Eclesiais de Base, as quais, inicialmente, mobilizaram muitos membros e leigos a agir em prol dos direitos e questões sociais e a posteriormente se inserirem e atuarem diretamente em diferentes movimentos sociais.

Dessa forma, por influência do trabalho realizado pela Igreja Católica progressista e também de outros trabalhos amparados por ela, movimentos já existentes e novos movimentos começaram a emergir no contexto sócio-político do Brasil. Nos grandes centros operários surgiram os movimentos dos trabalhadores e os sindicatos trabalhistas, que lutavam por

melhorias no trabalho e também por melhores condições de moradias. Nas favelas e nos morros despertaram os movimentos em defesa dos favelados. A falta de acesso a serviços essenciais como a saúde, por exemplo, deu origem ao movimento dos sanitaristas e, diante das injustiças vividas, surgiram inúmeros outros movimentos que lutavam em prol dos direitos humanos.

Dos movimentos sociais e dos sindicatos existentes eclodiram as muitas greves que marcaram os anos 1970 no Brasil, greves e atividades que vieram a dar origem ao movimento das Diretas Já, um dos responsáveis pelo fim do Regime Militar, marcando além disso a importância da união das classes para o reconhecimento dos direitos dos marginalizados.

Considerando que a luta regida pelos muitos movimentos sociais foi de grande importância para o declínio do Regime Militar e para a conquista de muitos direitos hoje existentes e que a ascensão e sobrevivência desses movimentos durante esse contexto se deu em grande parte por meio da posição assumida pela ala progressista da Igreja Católica, nesse período, surge então a seguinte problemática: Qual a influência dos setores progressistas da Igreja Católica na política e nos movimentos sociais durante o Regime Militar?

Tais questões evidenciam a importância do estudo nessa área, dado que diante da repressão popular sofrida no período do Regime Militar, foi de grande importância para os movimentos sociais, sindicatos e organizações a existência da Igreja Católica progressista que, como instituição de poder, foi capaz de resguardar os movimentos e lutar junto a eles em prol da realização de inúmeros direitos fundamentais conquistados na nova Constituição.

Além disso cabe salientar a importância da nova versão assumida por essa instituição que, como aponta Brighenti (2018), após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, assumiu a consciência de que o povo das Américas vivenciava diferentes injustiças e que era dever da Igreja lutar para a minimização das mesmas, assumindo assim uma posição mais atuante por meio da Teologia da Libertação, das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base e de representações palpáveis da ala progressista da Igreja como instrumento político e social.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a influência dos setores progressistas da Igreja Católica na política e nos movimentos sociais durante o Regime Militar.

Especificamente, os objetivos são: i) analisar a importância da Teologia da Libertação no contexto estudado e, ii) descrever a atuação das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base junto aos movimentos sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel político da igreja católica no Brasil

A atuação e a legitimidade política da Igreja Católica no Brasil tiveram suas fases marcadas junto ao próprio processo histórico do país. Como aponta Azevedo (2004), durante o período colonial, a Igreja se submeteu ao papel de instrumento de dominação cultural, política e social dos colonos, que foi conhecido como Cristandade. Tal modelo de atuação teve seu declínio em meados do século XVIII, quando os jesuítas foram expulsos do país.

No período do segundo reinado brasileiro, anos 1840, a Igreja iniciou um novo período de sua história, onde se colocou sob ordens diretas do Papa e não se vinculava mais à coroa luso brasileira. Azevedo (2004) afirma que esse período pode ser dividido em três fases: a reforma católica, a reorganização eclesiástica e a restauração católica. A terceira fase se destacou pelo fato de que a Igreja passou a valorizar sua visibilidade na arena política, incentivando seus membros a colaborar com o Estado por meio de parcerias e pela fundação de organizações.

Faz-se necessário ressaltar que, desde o período da colonização, a atuação política da Igreja Católica foi fortemente marcada pela proposta pedagógica dos Jesuítas. Como afirmam Sá e Coelho (2012), esse projeto pedagógico foi essencial para que o processo colonizador fosse além do descobrimento. A forte influência da Igreja Católica nas questões pedagógicas se estendeu ao segundo reinado, quando organizações voltadas às questões culturais e aos estudos da religião foram formadas por intelectuais mobilizados pela Igreja.

No período do advento da República, em 1889, foi decretado pelo governo provisório a ruptura entre Estado e Igreja Católica. De acordo com Debalde (2007), tal ação provocou uma desestabilização na estrutura e na atuação da Igreja, pois ela não era capaz de se manter apenas com os dízimos e arrecadações, não obstante o desejo do novo governo para que seu papel fosse diminuído no meio social. No entanto, apesar de todos esses esforços, a Igreja conseguiu se manter atuante em escolas do meio rural, onde vivia a maioria da população naquele período.

Posteriormente em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve novamente a inserção da Igreja Católica na arena pública, como aponta Debalde (2007). A Constituição de 1934 comprovou a intensidade da sua influência nas questões pedagógicas e

nas diferentes organizações quando, como aponta Azevedo (2004), instituiu-se nas escolas públicas o ensino religioso. Capelães militares foram inseridos nas Forças Armadas e o Estado passou a subsidiar ações assistenciais promovidas pela Igreja.

Nesse período, conhecido como Regime do Estado Novo, diferentes medidas foram tomadas a favor da Igreja, pois diante do cenário de inúmeras crises econômicas no mundo todo, ela passou a representar para o Estado uma ponte com o povo, devido ao trabalho que realizava por meio de suas pastorais junto à sociedade. Sendo assim, como aponta Debald (2007), esse interesse fez com que Igreja e Estado se aliassem novamente.

O espírito de cooperação entre Igreja e Estado durante esse período possibilitou o florescimento de movimentos da Igreja que, conseqüentemente, favoreceram o fortalecimento do catolicismo no Brasil. Nascia ali a Ação Católica que, como aponta Debald (2007), foi o primeiro trabalho de pastoral oficial da Igreja Católica do Brasil. De acordo com Debald (2007, p. 56) “a Ação Católica oportunizou a participação dos leigos na construção de uma Igreja mais real, mais próxima do cotidiano das pessoas comuns.”.

No campo político, a Ação Católica representou um grande marco para o aumento da participação dos católicos. Ela estava presente tanto na cidade quanto no campo, e influía de diferentes formas na vida de muitos seguidores da Igreja. Posteriormente, dentro do campo das ações políticas, destacou-se nos anos 1960 a Ação Popular, que emergiu de membros da Ação Católica que constaram que um novo movimento de esquerda política deveria existir, mas não vinculado diretamente com a Igreja. Debald (2007) relata que esse segmento tinha como objetivo promover uma sociedade mais humana, propor novas alternativas ao capitalismo e priorizar o desenvolvimento.

Outras organizações com interesses sociais foram fundadas por meio da Igreja Católica entre 1930 e 1960. Debald (2007) aponta algumas como a Frente Nacional do Trabalho (FNT), a Frente Agrária Gaúcha (FAG), o Movimento de Educação e Base (MEB), além da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que representa uma das maiores organizações do Brasil. Azevedo (2004, p.112) aponta que “[...] a CNBB desempenha um papel chave na articulação da sociedade, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização”.

As ações tomadas pela CNBB levaram a Igreja Católica a orientar suas ações em prol da situação dos pobres e dos excluídos. Azevedo (2004) aponta que alguns exemplos dessa atuação são as publicações de alguns documentos episcopais direcionados à defesa dessas categorias. O referido autor afirma ainda que mesmo após a mudança do cenário político na

América Latina, posterior à eleição do Papa João Paulo II em 1978, a CNBB deu continuidade ao seu trabalho no Brasil publicando novos documentos direcionados às questões sociais.

Além de suas publicações, a CNBB passa a ampliar a participação da Igreja nos processos políticos. De acordo com Azevedo (2004), no processo de transição para a democracia, a Igreja se move como um ator civil, participando dos processos de negociação e de pressão com o Estado. Ela atua também durante o processo de concepção da Constituinte de 1987, enfatizando a importância da ética na política e a necessidade de se implantar políticas sociais.

Após a redemocratização do Brasil, o cenário religioso sofre algumas mudanças e o perfil religioso do Brasil começa a se modificar, consolidando o que Azevedo (2004, p.114) caracteriza como “caráter pluralista e heterogêneo da sociedade brasileira”. No entanto, a Igreja Católica ainda continua influenciando no cenário político por meio de religiosos atuantes pelas causas sociais de suas pastorais e, principalmente, por meio da CNBB, que anualmente elenca questões sociais que precisam ser discutidas e modificadas, sendo postas em debate em suas campanhas.

2.2 A Igreja Católica e os movimentos populares no regime militar.

A história dos movimentos sociais no Brasil advém do Brasil Colônia, quando “a sociedade brasileira já lutava contra a dominação, a exploração econômica e a exclusão social” (GOHN, 200, p.15). No início do século XX, mudou-se a estrutura política e trabalhista do país e a colônia tornou-se república. No entanto, permanecia a hierarquia de classes e as más condições de vida da classe operária, formando-se agora um proletariado urbano.

Gohn (2000) aponta que nas duas primeiras décadas do século XX, as lutas e revoltas do proletariado urbano giravam em torno de reivindicações por serviços urbanos e protestos contra políticas locais, como a Revolta da Vacina, a Revolta contra o Contestado e outras lutas contra situações que afligiam os mais pobres, a exemplo o analfabetismo, o direito ao voto secreto, o desemprego e a precariedade das condições de vida e de trabalho dos operários.

Em 1930 surge no país um movimento estruturado pela elite intitulado Revolução de 30, onde novas regras de governo foram instauradas e as questões sociais passaram a ter uma pequena atenção de segmentos específicos do Estado. De acordo com Gohn (2000), tais mudanças despertaram a ocorrência de diferentes movimentos sociais como o Movimento dos

Pioneiros pela Educação, a Marcha contra a Fome, à criação da Aliança Libertadora Nacional, revoltas militares entre outros.

As mudanças ocorridas no país sofreram um declive no período do Estado Novo, quando “Getúlio Vargas amortece os conflitos sociais por meio do controle via repressão” (GOHN, 2000, p. 17). No entanto, em 1942 começam a emergir as sociedades de amigos de bairro advindas do crescente processo de urbanização das capitais.

Os anos de 1945 a 1964 foram marcados por diferentes mudanças no contexto político econômico e social do país. Gohn (2000) destaca que nesse período ocorreu a ascensão dos setores elétrico, automobilístico e metalúrgico. No campo social, instaurou-se o regime político populista, marcado por lutas e mobilizações sociais, suscitando centenas de greves e a ascensão de importantes movimentos sociais. Dão-se como exemplo, a Liga Camponesa do Nordeste, além de importantes movimentos estudantis como o Movimento de Educação de Base (MEB) do Nordeste e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

No entanto, instaura-se em 1964 o Regime Militar, período marcado por uma grande repressão popular. Como aponta Feltran (2007), cabia ao Estado naquele momento estabelecer uma fronteira ativa impedindo que a pluralidade da sociedade fosse representada politicamente. Dessa forma, entre 1964 a 1969 muitos foram os movimentos que tiveram suas atividades cessadas. Foi nesse período também que, como aponta Gohn (2000), a classe média alcançou novos patamares, aumentou-se o acesso a determinados bens de consumo, a compra de casas foi facilitada por meio da criação de bancos financiadores e, com a instalação de empresas multinacionais, novos empregos foram gerados.

Todo o ganho destinado à classe média nesse período fez com que aumentasse ainda mais a desigualdade de classes, ao passo que as condições da classe operária se mostravam cada vez piores. De acordo com Gohn (2000), foi diante desse contexto, e também visando à nova crise internacional que surgia que os movimentos sociais começaram a emergir das cinzas e a articular uma resistência contra o regime militar.

Os movimentos que se despontaram nos anos 1970 foram denominados de “novos movimentos sociais”, no entanto, eles não eram tão novos como na nomenclatura. Ottmann (1995), citado por Amâncio (2013, p.94), defende que os movimentos sociais “são fenômenos cíclicos, com identidades fluidas e dependentes do contexto”. Tal afirmação se justifica pelo fato de que os movimentos sociais que surgiam nos anos 1970 eram muito parecidos com os movimentos sociais existentes nos anos 1940. No entanto, o contexto histórico dos novos movimentos era realmente novo e, conseqüentemente, as ações e formas de atuação de seus membros deveriam ser também diferentes.

Sader (1995, p.144) argumenta que “existia na década de 1970 três instituições em crise que estavam abertas para novas elaborações”, sendo elas: a Igreja Católica, que sofria pela perda de influência junto ao povo; os grupos de esquerda, desmantelados por uma derrota política; o grupo sindical, que se sentia vago pela falta de função. Dessa crise emergiram as Comunidades Eclesiais de Base, as buscas por uma nova forma de integralização da classe operária e o novo sindicalismo.

Outra parte da Igreja, no entanto, se mostrava contra o novo modelo de governo e foi de grande importância para a eclosão dos movimentos sociais nessa época, pois era a “única instituição do país, que por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos” (FREI BETTO, 1985, p.8). Dessa forma, foi dentro do âmbito da Igreja que o povo encontrou espaço para discutir o contexto político e analisar maneiras de mudar a realidade vivida.

Inspirada na Teologia da Libertação, movimento no qual a Igreja Católica buscava dar respostas à luz da palavra para as questões sociais, a Igreja começava a se articular frente aos problemas sociais por meio de suas pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base.

Como aponta Feltran (2007), além dos movimentos sociais já existentes, emergiram contra o Regime Militar os “novos movimentos sociais”. Tais movimentos, como já apontado anteriormente, eram novos apenas na nomenclatura, pois se tratavam de movimentos existentes desde os anos 1940, mas que diante do novo contexto político voltaram a atuar. No âmbito operário, por meio da influência de jovens membros de pastorais e também de movimentos adormecidos, começaram a se formar movimentos trabalhistas que lutavam contra as más condições de trabalho e as más condições dos alojamentos em que viviam. Outros sindicatos trabalhistas também surgiram nessa época.

O trabalho realizado por grupos de mulheres denominados “Clube de mães” - que rezavam de casa em casa -, deu origem a alguns movimentos, como o Movimento em Defesa dos Favelados (MDF) e o Movimento do Custo de vida. Como aponta Feltran (2007), o ato de rezar de casa em casa ganhou novos rumos quando, concomitantemente, começaram a discutir questões do dia a dia, como a falta de acesso a água e energia, o mau cheiro do esgoto a céu aberto, a violência, entre outros, proporcionando a organização do povo em grupos que buscavam o alcance de seus direitos.

Outro movimento de grande importância, surgido nos anos 1970, foi o Movimento dos Sanitaristas. De acordo com Sader (1995), a chegada de médicos sanitários à periferia acabou por provocar aqueles que já se preocupavam com a prevenção de enfermidades e também a aguçar uma posição crítica naqueles que ainda não se preocupavam. Os sanitários,

em sua maioria, considerados de “esquerda”, começaram a observar as inúmeras dificuldades vividas e a se articular em prol da melhoria dessas deficiências.

De acordo com Sader (1995), as comissões de saúde foram formadas por volta de 1977 por sanitaristas envolvidos com a situação e grupos de mulheres reunidas pelas comunidades eclesiais de base. Tais comissões reivindicaram a construção de postos de saúde e, mais tarde, ao havê-los conseguido, pediram também pela melhoria da qualidade do serviço prestado. Foi por meio dessas comissões que conselhos de saúde foram formados e que o Movimento dos Sanitaristas alcançou grandes ganhos para a saúde pública brasileira.

Como aponta Gohn (2000), o setor da educação também teve essencial importância para a promoção de movimentos sociais. Jovens participantes de pastorais católicas e trabalhadores do ensino médio e universitário uniram-se em associações e grupos. A articulação entre trabalhadores da educação e do setor operário deu origem ao ciclo de greves dos trabalhadores e à criação de algumas confederações como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No campo popular, surgem também a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a ANAMPOS que, de acordo com Gohn (2000), veio mais tarde dar origem à Central dos Movimentos Populares. Surge então em 1984 o movimento Diretas Já, que interferiu decisivamente na reabertura democrática, legitimou a importância dos movimentos sociais dos anos 1970 para o surgimento de leis e direitos, representando a conquista daqueles que eram considerados como “segunda categoria”.

2.2.1 Pastorais

Nos anos de 1930, a Igreja Católica passou por uma grande ascensão e também por uma crescente mobilização de seus membros, devido às atividades realizadas em cooperação com o Estado. Surgia nesse momento, como aponta Debald (2007), um importante movimento da Igreja conhecido como Ação Católica. Datado oficialmente de 1935, essa foi a primeira ação pastoral oficial do Brasil advinda de uma iniciativa internacional que objetivava “a participação dos leigos na construção de uma Igreja mais real, mais próxima do cotidiano das pessoas comuns” (DEBALD, 2007, p.56).

Para Souza (2006, p.48), o papel da Ação Católica, doravante AC, no Brasil foi de “defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo de atuação política”. Ele afirma ainda que os primeiros anos de atuação das ACs foram marcados por ações formativas, baseadas nos métodos ver, julgar e agir e destinadas, principalmente, aos

jovens e operários, tendo se estendido a outros grupos, como o dos estudantes, o dos adultos e o das moças.

Após o período do Estado Novo, a Ação Católica representou um importante instrumento de participação da população em questões políticas e democráticas. Para Souza (2006), foi por meio dela que a doutrina social da Igreja alcançou escolas, fábricas, sindicatos, meios de comunicação e a criação de novos movimentos sociais de base cristã.

Souza (2006) afirma que a atuação das ACs no Brasil foi dividida em dois momentos: o primeiro foi denominado Ação Católica e é compreendido entre 1932 e 1950; o segundo ficou conhecido como Ação Católica Especializada, ocorrido entre os anos de 1950 a 1960 e era destinado principalmente ao trabalho com os jovens, proporcionando o protagonismo desses na participação social. Esse segundo momento foi de grande importância para disseminar as pastorais em diversos segmentos surgindo pastorais como o JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) e JOC (Juventude Operária Católica).

É também nesse momento que, como aponta Souza (2006), a Ação Católica se incumbiu de consolidar as Comunidades Eclesiais de Base, por meio de membros de alguns de seus movimentos como a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a JUC (Juventude Universitária Católica). Esses importantes grupos começam a se desenvolver visando inserir a comunidade na luta pela justiça social, tendo como base a mensagem do Evangelho.

O segundo momento da ação católica precedeu o período do Regime Militar e foi de grande importância para que os membros, já formados, se mobilizassem diante do novo contexto político. Como aponta Ferreira Junior (2018, p. 65) “diante dos desafios sociais, a Igreja se viu obrigada a criar serviços e pastorais que enfrentassem de maneira organizada as dificuldades e sofrimentos do povo”.

A Igreja passa então a atuar diretamente em defesa dos direitos sociais, grupos de pastorais jovens intensificam suas ações e novas pastorais começam a surgir. Como apontam Ferreira Junior (2018), a Igreja começa a tomar parte de questões como a dos posseiros e lavradores explorados da Amazônia, além de agir a favor dos direitos das nações indígenas e se posicionar diante do problema da Reforma Agrária, constituindo a Comissão da Pastoral da Terra (CPT).

Para Souza (2006), outros exemplos de pastorais organizadas por grupos de atividades específicas foram: HAC- Homens da Ação Católica - para maiores de 30 anos e os casados de

qualquer idade; LFAC- Liga Feminina da Ação Católica- para maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; MAC- Movimento de Adolescentes e Crianças entre outros.

A Ação Católica foi essencial para o desenvolvimento de pastorais que lutavam por questões sociais. Como afirma Souza (2006), foi por meio dela que muitos membros da igreja Católica se integraram a movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. A Ação Católica foi propulsora de outros movimentos não religiosos como a Ação Popular Marxista Leninista (APML), formada por militantes, que, após deixarem as pastorais, permaneceram atuando contra as injustiças sociais e a ditadura.

2.2.2 Teologia da Libertação

Surgiu, entre final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, no ocidente, um movimento que clamava por liberdade e por melhores condições de existência, tendo atingido primeiramente os jovens europeus, depois os norte-americanos e, por fim, os da América Latina. De acordo com Boff (2011), em todos os âmbitos sociais lutava-se para que fossem derrubados os esquemas opressivos, seja na cultura, na política ou até mesmo dentro da própria Igreja.

No âmbito da Igreja Católica da América Latina, influenciados pelo Concílio Vaticano II que, como aponta Brighenti (2018), acabou por explanar as desigualdades estruturais existentes entre hemisférios, e pela Conferência de *Medellín*, que propôs uma “recepção criativa” ao Concílio buscando adaptar seus ideais ao terceiro mundo, desdobraram-se os questionamentos acerca da contribuição dos cristãos para as questões sociais e, a partir disso, quais as mobilizações necessárias para que essa realidade se alterasse. Como aponta Boff (2011), através de toda essa movimentação surgiram novas ações sociais, como as pastorais sociais, as CEBs e o comprometimento direto de membros e grupos em questões de libertação.

Emergiu de toda essa pressão social uma reação da Igreja Católica em prol da luta contra a opressão. A Teologia da Libertação surgia como uma resposta eclesial e política, advinda do mundo todo, principalmente da América Latina. Boff (2011) declara que alguns nomes foram essenciais para que tal trabalho captasse toda a essência do momento vivido e para que lhe fosse dada a forma adequada. Destacaram-se na primeira geração Gustavo Gutiérrez, do Peru, Hugo Asmann, do Brasil, Juan Luiz Segundo, do Uruguai, e Enrique Dussel e Miguez Bonino, ambos da Argentina.

A Teologia da Libertação tencionava, de acordo com Boff (2011), pensar as práticas eclesiais à luz da palavra da Revelação, nascida dos pobres, marginalizados e oprimidos. Ela baseou-se em análises sociais, principalmente no Marxismo, para conduzir suas próprias análises econômicas e sociais (MENEZES NETO, 2007, p.331).

Por meio de todas as análises constatou-se que a pobreza, a marginalização e a opressão possuíam diferentes faces e que elas não poderiam ser tratadas da mesma maneira. Boff (2011) salienta que, por esses fatos, fez-se necessário qualificar quais as reais necessidades de cada grupo e quais eram as correspondentes libertações que cabiam a cada um deles.

A Teologia da Libertação inspirou a Igreja Católica a atuar diretamente junto aos movimentos e organizações sociais. De acordo com Menezes Neto (2007), diferentes movimentos foram surgindo. As ações pastorais e das comunidades de base estendiam o olhar social e as bases da teoria para outros campos e uma nova onda de libertação começou a eclodir em diferentes tendências, como a trabalhista, a feminista, a indígena, dentre outras, cada qual à sua maneira mas, sempre à luz da fé, como afirma Boff (2011).

Toda essa movimentação, no entanto, acabou indo contra alguns segmentos da sociedade, como aponta Camilo (2011). Os militares que se encontravam no poder e a parte mais conservadora da Igreja Católica brasileira censuravam todas as ações advindas desse movimento. Primeiramente, religiosos de todos os lugares se juntavam para denunciar e organizar ações contra as repressões militares, indo diretamente contra seus interesses. Logo, parte da Igreja estava contra o Estado e conseqüentemente contrariava o alto clero que acreditava que a parceria entre Igreja-Estado era benéfica para a estrutura da igreja.

2.2.3 Comunidades Eclesiais de Base

Em meio à onda de grupos religiosos que se desenvolviam na América Latina, emergiram nos anos 1960, em todas as regiões do Brasil, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Impulsionadas por membros de movimentos da Ação Católica que, de acordo com Frei Betto (1985), tais comunidades eram caracterizadas por se tratarem de pequenos grupos de pessoas que possuíam a mesma fé e lutavam juntos por seus problemas e direitos. Tais pessoas se mantinham reunidas em torno de paróquias e capelas, e as formas de organização variavam de acordo com cada região, possuindo, no entanto o mesmo princípio filosófico: “inspiradas no Concílio Vaticano II, defendiam a libertação do homem por seu próprio esforço” (PERANI, 2009, p. 1).

A formação dos grupos denominados como Comunidades Eclesiais de Base (CEB) se dava por meio dos agentes pastorais e dos membros. Frei Betto (1985) aponta que os agentes pastorais eram aqueles que, formados pelos próprios grupos, com o intuito de mobilizar outras pessoas a se juntarem a eles, eram representados por religiosas, padres e leigos. Alguns deixaram suas vidas para trabalharem diretamente com as pastorais, e possuíam como importante propósito não coordenar os grupos, mas sim estimular o povo a dirigir sua própria história.

Os membros, por sua vez, eram aqueles que tinham uma renda baixa, não possuíam casa própria e moravam em locais desapropriados ou em áreas rurais. De acordo com Frei Betto (1985), tais pessoas tinham em comum a busca de consolo na religião em detrimento de suas misérias e opressões.

As CEBs estavam presentes tanto na zona urbana quanto na zona rural; na zona urbana, envolviam-se diretamente com os movimentos sociais e com a oposição popular. De acordo com Frei Betto (1985), o próprio Estado, diante da conjuntura vivida, contribuiu para que as comunidades se desenvolvessem. Perante a opressão popular, a única instituição que ainda mantinha seu poder era a Igreja Católica, sendo nesse círculo que as pessoas se redescobriram como membros, podendo alimentar sua fé, expressando-se e reconhecendo ali um ambiente propício para organização e mobilização.

As zonas rurais, por sua vez, estavam ligadas aos mais necessitados, que eram aqueles que sofriam na pele as desigualdades e opressões, sendo nesse âmbito que as comunidades de base mais cresceram. Frei Betto (1985) afirma que os moradores dessas comunidades rurais não possuíam consciência política, mas que, no entanto, vivenciavam as maiores e mais variadas opressões, não temendo, desse modo, lutar por seus direitos.

Para Frei Betto (1985), as Comunidades Eclesiais de Base vivenciaram três importantes fases que se interligavam: a primeira se tratava da própria comunidade, com sua fé e suas atividades motivadas no evangelho; a segunda foi marcada pela formação dos movimentos sociais com participação dos membros das comunidades, enfatizada pela participação de pessoas de várias religiões, onde o que importava não era o tipo de fé mas de que lado essas pessoas estavam; a terceira é representada pela consolidação dos movimentos e dos sindicatos operários.

As CEBs desempenhavam suas atividades por meio de diferentes metodologias, “se orientando principalmente pelo método ver-julgar-agir” (FREI BETTO, 1985, p.10). Tal método era colocado em prática em reuniões onde, inicialmente, os membros colocavam seus problemas e dificuldades em discussão (ver), o que na maioria das vezes se tratava de

problemas familiares. Em seguida lia-se o evangelho, para que pudessem se inspirar por meio de como Jesus agiria (julgar). Por fim, discutiam o agir, que seria propor formas de se enfrentar o problema.

Outras metodologias utilizadas nas Comunidades Eclesiais de Base eram os círculos bíblicos que, de acordo com Frei Betto (1985), ajudavam a compreender que as Sagradas Escrituras não se tratavam de histórias antigas, mas da reconstrução da história do próprio povo, sensibilizando-os a agir comunitariamente.

Uma característica importante das Comunidades Eclesiais de Base foi a formação de lideranças pastorais que, de acordo com Frei Betto (1985), tratava de uma liderança mais coletiva, onde a comunidade se expressava por meio de alguns membros sem que esses tivessem posição de destaque diante dos outros membros.

Também para Frei Betto (1985), esse trabalho pastoral foi essencial para que se desenvolvesse uma nova consciência nos mais marginalizados. Surgia ali a consciência de que o povo deveria ir atrás de seus direitos, dentro do trabalho em grupo, sensibilizando-os sobre a existência da opressão e da compreensão de que a prática popular é o único meio de criar alternativas. Alguns exemplos de prática pastoral, citadas por Frei Betto (1985), foram os clubes de mães constituídos por mulheres que se reuniam para visitar doentes, passar abaixo-assinados e que, durante a greve do ABC em 1978, eram responsáveis por informar os operários sobre a situação da greve.

3 METODOLOGIA

Para compreender como se deu a influência dos setores progressistas da Igreja Católica sobre os movimentos sociais e as questões políticas durante o período do Regime Militar, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva e uma análise baseada na metodologia de história oral.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos e dissertações, de modo a construir o quadro teórico que sustenta essa proposta de pesquisa empírica. Fundamentado na atuação política da Igreja Católica progressista no Brasil, foi elaborado um quadro teórico sobre as formas de atuação da Igreja, sua relação com os movimentos sociais durante o período do Regime Militar e qual a importância da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais, neste contexto, para a atuação e influência da Igreja sobre os movimentos sociais e as questões políticas.

Antes de compreender as ações que a Igreja Católica progressista adotou para influenciar nas questões políticas e nos movimentos sociais durante o período do Regime Militar, o estudo, por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, realizou um levantamento para caracterizar o contexto histórico e político da Igreja Católica, a sua relação com o Estado, com os movimentos sociais e a sua forma de inserção no meio social, de modo a elaborar o contexto que subsidie a análise das ações adotadas por essa instituição em prol da concretização de suas demandas sociais.

Com relação à pesquisa empírica, foram encaminhados e-mails para pessoas que vivenciaram o período estudado, que participaram de movimentos sociais ou foram diretamente afetados pela atuação da Igreja Católica. As mensagens eletrônicas foram utilizadas para se ter um primeiro contato com os entrevistados e marcar as entrevistas que, posteriormente, foram realizadas via Skype, telefonemas e WhatsApp, objetivando analisar a história dessas pessoas.

A pesquisa utilizou a metodologia de história oral que, de acordo com Matos e Senna (2011), trata-se de uma metodologia centrada na história humana e na sua propensão a relembrar o passado como testemunha do que foi vivido, buscando assim registrar e perpetuar vivências, lembranças e impressões de pessoas e ou determinados grupos, podendo ser sintetizada como o ato de estudar a história por meio da memória.

Para alcançar todo o grupo objetivado foi utilizado o método de Amostragem Bola de Neve, o qual, de acordo com Dewes (2013), consiste em encontrar pessoas que participam de um mesmo grupo, como neste trabalho, o grupo alvo da pesquisa. Os primeiros indivíduos encontrados são denominados sementes, eles serão responsáveis por indicar outras pessoas que participam desses grupos. Os primeiros indicados são denominados onda zero e eles serão convidados a indicar outras pessoas que considerem como parte desses grupos. Este processo se estende até que se tenha a amostragem desejada ou até que não se tenha mais indivíduos indicados.

Para realização das entrevistas foi elaborado um roteiro com as principais questões que poderiam orientá-las em profundidade. Essas, como mencionado anteriormente, foram realizadas por meio dos suportes digitais supracitados, no período de março a junho de 2020. Também foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (1977, p.31), trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” e, Moraes (1999) reforça que nessas técnicas são onde alguns passos como a categorização, descrição e interpretação são aplicados para a realização da mesma.

No tocante ao perfil dos entrevistados, em sua maioria eles atuaram ou ainda atuam em questões sociais, em diferentes regiões, mas principalmente no estado de Minas Gerais. Possuem nível superior de escolaridade, têm mais de 60 anos e são em maioria do sexo feminino, sendo oito mulheres e três homens, morando hoje em diferentes regiões do país, sendo uma das entrevistadas hoje moradora de Portugal.

Em relação à coleta de dados, todos os entrevistados apresentaram disponibilidade e se mostraram muito empenhados em relatar suas experiências, sendo inteiramente transparentes e contribuindo de forma copiosa para o alcance de outros entrevistados. Para melhor compreensão dos resultados e das discussões, respeitando questões éticas, buscando preservar a identidade dos entrevistados e para se ter total discrição, os 11 (onze) entrevistados foram nomeados como: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10 e E11.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Religião Católica se manteve como religião predominante por muitos anos no Brasil e, como toda e qualquer instituição existente, ela possuía faces opostas que marcaram de maneiras distintas a sociedade brasileira ao longo da história. Nos anos 1960, década na qual emergia na América Latina uma onda de Regimes Autoritários Ditatoriais, surgiu também uma ala progressista da Igreja Católica influenciada pelo Concílio Vaticano II, pela Conferência de Medellín e, posteriormente, pela Teologia da Libertação. Essa nova ala pregava que o catolicismo deveria assumir uma ação mais próxima das pessoas marginalizadas, influenciando e lutando junto delas pela igualdade de direitos. Dessa forma, por meio das pastorais, das comunidades eclesiais de base, da nova Teologia libertadora e da autonomia que a Igreja Católica possuía, muitos foram os movimentos sociais, sindicatos, organizações e associações que conseguiram sobressair à opressão vivida durante o Regime Militar.

Com o intuito de compreender a influência dos setores progressistas da Igreja Católica nas questões políticas e nos movimentos sociais durante o período do Regime Militar, bem como a importância da Teologia da Libertação nesse contexto, além de descrever a atuação das Pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base junto aos movimentos sociais, os resultados e discussões deste trabalho serão divididos nos seguintes temas: A História da Igreja Católica em consonância com a história e ação social dos membros; A Importância da Teologia da Libertação para uma ação mais próxima aos marginalizados e oprimidos;

Atuação das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, e Pastorais, Comunidades Eclesiais de Base e Movimentos Sociais durante o período do Regime Militar.

4.1 A História da Igreja Católica em consonância com a história e ação social dos membros.

A narrativa da atuação política e social da Igreja Católica no Brasil ocorreu junto ao processo histórico do país, pois como religião dos colonizadores, o catolicismo esteve presente desde o processo colonial onde, como aponta Azevedo (2004), tinha papel de instrumento de dominação cultural, política e social dos colonos. Inúmeras fases marcaram a história da Igreja Católica, a qual passou por reformulações que a levaram a atuar de maneiras diversas perante o Estado e a sociedade, mantendo-se como religião predominante por muitos anos no país.

Como religião predominante, a Igreja Católica marcou a vida de muitas pessoas que atuaram juntamente à sociedade em período de luta e conquista de direitos. A maioria dos entrevistados aponta que as suas inserções nesse meio se deram desde a infância, adolescência ou juventude, por influência familiar ou escolar:

(...) desde minha adolescência. (E3)

Nasci numa família católica, estudei e fiz magistério em colégio de freiras, meu tio era padre (...). (E5)

Meu envolvimento com a Igreja Católica foi desde criança, na Cruzada Eucarística, como filha de Maria na adolescência e juventude (...). (E6)

Eu estudei em um colégio de freiras, na década de 70 eu comecei a participar de movimentos de jovens da igreja. (E10)

Majoritariamente, a Igreja sempre assumiu um papel social importante, e muitos foram os que relataram que, a partir dessa iniciação prematura e da participação ativa dentro das atividades paroquiais, adquiriram uma consciência social mais apurada, como apontado a seguir:

Essa trajetória me possibilitou ver a realidade em que se baseia a exploração, opressão e submissão dos segmentos menos favorecidos. (E1)

Agora, isso também influenciou na minha opção, na minha escolha, no meu aceite, né, de ser catequista, então eu fui catequista durante muito tempo na IC, é interessante que minha família mora mais para o centro da cidade, e eu escolhi a periferia para dar catecismo, pessoas que sofriam muito preconceito por serem negras, por serem pobres e etc. (E10)

Outro aspecto de grande relevância é a permanência da perspectiva pedagógica adotada desde os Jesuítas. Muitas foram as escolas católicas construídas no país e que influenciaram crianças, adolescentes e jovens a utilizar da proposta pedagógica para atuar socialmente. Muitos religiosos e professores por influência também da pedagogia de Paulo Freire criaram métodos para atuarem junto a crianças, jovens e adolescentes carentes e suas famílias, em favelas e outros locais marginalizados, como podemos observar nos relatos dos entrevistados, que seguem:

(...) atuando como professora e coordenadora pedagógica. Juntamente com alguns alunos do segundo grau desenvolvi a Pastoral da Juventude, trabalhando em bairros periféricos da grande Belo Horizonte. (E2)

Eu era educadora numa Rede de ensino das Irmãs Salesianas em Brasília. Parti então para um trabalho de educação popular em comunidades carentes da periferia de Contagem. Passei a lecionar em Escola Pública e a integrar grupos comprometidos com a educação popular em comunidades carentes de periferias. (E3).

No primeiro ano do ensino médio, que a gente falava magistério, né, eu comecei a trabalhar com algumas irmãs em uns projetos interessantes também de inserção comunitária, que era a alfabetização domiciliar, junto com algumas freiras lá do colégio, que trouxeram isso de outros lugares. (E10)

(...) trouxeram pra gente o método Paulo Freire, então, através do método Paulo Freire, que era bem revolucionário, nós começamos a fazer esse trabalho que chamava alfabetização de adultos. (E10)

Dessa forma pode-se observar que, por se tratar de uma religião predominante no país, a Igreja Católica exerceu forte influência na vida de seus membros durante a sua trajetória, possibilitando, por meio de suas práticas, o uso do pensamento crítico em relação às injustiças existentes, com uma atuação ativa para minimizá-las, estando presente em diferentes ambientes além da própria Igreja, principalmente nas escolas.

4.2 A Importância da Teologia da Libertação para uma ação mais próxima aos marginalizados e oprimidos.

Originada em um contexto de mudanças e inúmeros questionamentos eclesiais e políticos em toda a América Latina, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a Teologia da Libertação emergiu como uma grande resposta para tais problemáticas. Inspirada no Concílio Vaticano II e na Conferência de *Medellín*, de acordo com Boff (2011), essa nova Teologia tinha como intenção pensar práticas eclesiais - à luz do Evangelho -, que atuassem em favor dos marginalizados, pobres e oprimidos.

No Brasil, a Teologia da Libertação não se inclinou para caminhos diferentes, diante de um regime completamente autoritário, onde os mais pobres eram cada vez menos favorecidos. Ela surgiu como uma nova forma de discutir o evangelho, baseando-se no contexto vivido por aqueles que eram marginalizados;

A própria Teologia da Libertação surgiu como uma necessidade de se consolidar o que ficou decidido no Concílio Vaticano II e retomar a essência do Evangelho para a defesa dos direitos em todos os sentidos perdidos com a ditadura militar. (E1)

(...) a Igreja Católica de raiz na Teologia da Libertação foi efetivamente espaço de luta e defesa da vida, dos direitos e da Democracia no Brasil no período da ditadura. (E4)

Juntamente com o trabalho já realizado pelas pastorais, nascidas da Ação Católica, e pelas as Comunidades Eclesiais de Base, que também começavam a emergir no país, a Teologia da Libertação rompeu como uma nova proposta inspiradora, instigando os fiéis a se atentarem ainda mais às diversas injustiças e desigualdades existentes. Ela acreditava em uma nova vertente do catolicismo, onde o Evangelho deveria ser trabalhado de acordo com a realidade do povo e de suas mazelas, inspirando-os diretamente a lutar por seus direitos e se mostrando como uma perspectiva libertadora da religião, como pode-se observar nos relatos a seguir:

A minha atuação e formação teológica e religiosa, como disse no início, deu-se em meio a um momento de mudanças e transformações ocorridas em função da Teologia da Libertação. (E1)

A parcela da Igreja Católica no Brasil que optou pela Teologia da Libertação decidiu, nesse momento histórico, ir além das atividades eclesiais, assumindo as pastorais sociais (...). (E2)

A Teologia da Libertação Impulsionou as CEBs e isso foi fermento para uma nova forma de ser Igreja inserida no mundo dos pobres. (E8)

Logo, a Teologia da Libertação representou um grande marco para as práticas sociais existentes no ambiente católico apesar de, nas práticas cotidianas anteriores, já existir o pensamento crítico em relação às diferentes mazelas humanas. Foi por meio dessa nova Teologia, que pregava uma nova maneira de evangelizar, que tais práticas se intensificaram e que seus membros e leigos se atentaram para as diferentes injustiças existentes, o que na maioria das vezes acometia a muitos deles. Além disso, essa nova onda teológica se fez presente constantemente nas discussões realizadas no âmbito das pastorais e das comunidades eclesiais de base.

4.3 Atuação das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base

Nascida em 1930, a Ação Católica tornou-se um importante movimento da Igreja. Como aponta Debald (2007), foi o primeiro movimento pastoral oficial no Brasil que deu origem às inúmeras pastorais existentes até os dias de hoje. Souza (2006, p.48) aponta ainda que a Ação Católica representou a “defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo de atuação política”.

Mais tarde, no final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, por influência de membros da Ação Católica que já eram atuantes, começaram a emergir as Comunidades Eclesiais de Base, conhecidas popularmente como CEBs. De acordo com Frei Betto (1985), essas comunidades se caracterizavam como pequenos grupos de pessoas que possuíam a mesma fé e que juntos lutavam por seus direitos.

Muitos membros de movimentos sociais tiveram a sua iniciação na vida social por meio da participação em pastorais e nas CEBs:

Particpei da proposta de organização das Comunidades Eclesiais de Base, começando em um bairro periférico da cidade. (E2)

Em consonância com a IC me envolvi nos Movimentos populares e sociais e nas CEBs (...). (E3)

Então, minha participação popular começa na década de 70, mas nos anos de 76 por aí em Uberlândia e trabalhando sobretudo na pastoral operária e em bairros periféricos que estavam sendo ameaçados de despejo por grandes imobiliárias que queriam tirar o pessoal de áreas próximas da cidade para construir conjuntos habitacionais e tudo mais. (E9)

Segundo esses entrevistados, a motivação para a atuação efetiva nas Pastorais e Comunidades eclesiais de base resultava da consciência de que, como religiosos, algo deveria ser feito para reduzir as precariedades vividas pelos mais pobres e por diversos segmentos marginalizados da sociedade, mazelas essas muitas vezes resultadas pela falta de atuação do Estado e pela busca excessiva de lucro das grandes empresas. Os relatos prosseguem:

(...) e a luta contra os projetos capitalistas de destruição do meio ambiente natural, em favor do lucro. (E1)

O motivo maior foi a constatação das várias formas de injustiças e de opressão, sofridas pelos migrantes, dentro das usinas canavieiras em São Paulo e Mato Grosso. (E2)

A consciência de que a mudança social se faz através da união ativa, coletiva, organizada. (E3)

Luta por justiça e direitos sociais e humanos. (E4)

A leitura bíblica me fez ler a realidade e perceber a necessidade de organizar o povo na defesa dos seus direitos e a luta pela justiça. (E8)

Diante desses relatos, fica evidente que as Pastorais e as CEBs, movidas por membros religiosos e leigos, trabalhavam incansavelmente na luta por direitos. Pessoas de todas as idades compunham esses movimentos, no entanto, como aponta Souza (2006), sobressaía uma parcela significativa de jovens que formavam pastorais como: a Juventude Estudantil Católica, Juventude Agrária Católica entre outras. As CEBs, apesar de terem estado por todo o território nacional, se destacavam no meio rural, onde, como aponta Betto (1985), viviam os indivíduos que tinham menos consciência política, mas que sofriam as maiores opressões.

Para alcançarem seus objetivos, tais grupos desenvolviam técnicas de mobilização e de conscientização do povo, utilizando das celebrações, reuniões, experiências comunitárias, das discussões advindas da Teologia da Libertação e das leituras bíblicas inspiradas no método ver, julgar e agir para estimular o povo a também participar de tais movimentos, como podemos ver nos relatos a seguir:

As mobilizações se davam através das celebrações, das reuniões nas comunidades (...). (E1)

A dinâmica proposta pela Igreja naquele momento foi a de reflexão e ação: conscientizar, organizar e fazer experiências comunitárias. (E2)

Usava-se muito dos escritos do maior pensador e representante da Teologia da Libertação no Brasil, Leonardo Boff, que traziam com clareza a metodologia de discussão sintetizada na expressão ‘ver-julgar-agir’. (E2)

(...) eram de formas diversas, havia reuniões internas, reuniões mensais (geral), havia entrosamento com as associações de bairros (...). (E6)

Outra ação igualmente importante era a oração e os momentos de formação bíblica nos grupos organizados. (E8)

Além das mobilizações já citadas dentro do ambiente religioso, as Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base atuavam também junto à sociedade, promovendo discussões em associações de bairro e sindicatos, encorajando os membros a participarem dos grupos viventes em suas comunidades e a disseminar a consciência social e política.

As Comunidades Eclesiais de Base eram onde se podia fazer o trabalho de evangelização, discussão dos problemas que afligiam a população e conscientização política com vistas à transformação da realidade. (E1)

As pastorais sociais eram os meios de levar todo esse trabalho até as pessoas e de tentar movê-las para atuar e viver em comunidade sob os valores evangélicos. (E1)

A Pastoral da Terra, por exemplo, acolhia os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, acompanhava a luta dos posseiros nas áreas rurais; fazia reuniões com os moradores rurais pressionados pelo Reflorestamento Verde (...). (E2)

Essas pastorais tinham uma preocupação com a formação de lideranças cristãs, abertas ao contexto sociopolítico. (E3)

(...) havia entrosamento com as associações de bairros e outros segmentos da sociedade (...). (E6)

Sendo assim, pode-se concluir que as Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base concretizaram toda a ação social pregada pela Igreja Católica Progressista. Foi por meio delas que o trabalho diversificado entre religiosos, membros e leigos se materializou e se estendeu além do ambiente religioso, indo até as casas, comunidades, associações, sindicatos e Movimentos Sociais, por meio de diferentes mobilizações, todas fundamentadas na pregação dinâmica do evangelho e nas reflexões promovidas pela Teologia da Libertação.

4.4 Pastorais, Comunidades Eclesiais de Base e Movimentos Sociais durante o período do Regime Militar.

Os Movimentos sociais são uma representação da expressão popular pela luta por direitos. No Brasil, os Movimentos Sociais passaram por várias fases, sempre acompanhando a história do próprio país, onde, como aponta Gohn (2000, p.15), “a sociedade brasileira já lutava contra a dominação, a exploração econômica e a exclusão social”. No entanto, esses movimentos sociais sempre sofreram muita resistência por parte do Estado, das grandes empresas e de instituições mais conservadoras.

Nos anos 1960, período em que foi instituído o Regime Ditatorial no Brasil, os Movimentos Sociais sofreram dura repressão, onde muitos deles acabaram por ter suas lutas cessadas por algum tempo. No entanto, foi nesse período que, como afirma Gohn (2000), os pobres foram cada vez mais marginalizados e a classe média teve sua ascensão, gerando uma maior desigualdade de classes e uma grande insatisfação da classe operária.

Diante de um cenário de inúmeras injustiças começaram a se despontar, em 1970, os chamados “novos movimentos sociais”. No entanto, com toda repressão, tais movimentos sociais precisavam de um apoio e o encontraram na ala progressista da Igreja Católica pois, como aponta Frei Betto (1985), a Igreja Católica ainda era uma das únicas instituições que escapava do controle do poder público. Dessa forma, é possível identificar que a Igreja Católica progressista, por meio das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, teve ligação direta com os Movimentos Sociais, como foi apontado pelos entrevistados, a seguir:

A ligação era quase que automática, visto que as lideranças e participantes eram quase todos advindos da Igreja Católica e muitas vezes esses movimentos surgiam a partir das necessidades pastorais de apoio e incentivo a essas demandas. (E1)

Eram muitos movimentos envolvendo vários segmentos da sociedade (...). Eram apoiados pela Igreja Católica porque “em comunhão e participação coletiva” as coisas são resolvidas de forma mais segura e certa. (E2)

Em consonância com a IC me envolvi nos Movimentos Populares e Sociais e nas CEBs, colaborando com a formação de lideranças, participando de lutas que visavam melhor qualidade de vida dos empobrecidos, diminuição das desigualdades, das injustiças sociais e o cuidado com o meio ambiente. (E3)

É importante você considerar também que, para além da Teologia da Libertação ter sido o espaço que apoiou e protegeu muitas lideranças no tempo da Ditadura, ela foi responsável também pela formação de jovens, de pessoas que tão junto às esferas, vários líderes de movimentos sem-terra tiveram a experiência de formação pela Teologia da Libertação. (E4)

A ligação entre a Igreja Católica progressista, a Teologia da Libertação, as Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base iam além do apoio, incentivo e formação de lideranças. Havia um trabalho conjunto em prol da conquista de direitos. De acordo com Feltran (2007), as rezas de casa em casa atingiram novos rumos quando começaram a discutir questões cotidianas, como a falta de água, de luz e de esgoto encanado, levando membros de pastorais e CEBs a lutarem frente aos Movimentos Sociais pela conquista de direitos, como podemos ver nos relatos, a seguir:

Aí a CPP entrou ali naquele assentamento defendendo a vida, como advogada de direitos humanos, assessoria permanente para evitar que houvesse um conflito de morte mais grave do que os que já havia acontecido. Então a CPP estava trabalhando lá, tinha pessoas inclusive morando dentro da área de conflito. (E4)

(...) era um trabalho bem pé no chão mesmo, era um trabalho junto com a comunidade, com a juventude, com os trabalhadores, tinha uma associação lá dentro da pedreira, mas a abrangência da associação era a cidade toda, chamava Associação dos Trabalhadores da Periferia, era ATP. (E10)

(...) e ali, a partir dessa associação dos trabalhadores da periferia, surge ali o Movimento de Defesa dos Favelados, que é o MDF, e esse MDF também envolvia a cidade inteira. Então a gente participava de reuniões de diversas favelas de Belo Horizonte, fazendo mobilização. (E10)

Era muito animado as comunidades, ao mesmo tempo que era duro, a gente ter que correr para salvar o lugar que ‘tava’ sendo invadido, para salvar o sem-terra que ‘tava’ sendo violentado, a gente corria para esses espaços(...). (E10)

Havia em toda essa luta um grande destaque para o trabalho das mulheres. Feltran (2007) aponta que o Movimento de “Clube de Mães”, que rezava de casa em casa deu origem a diversos movimentos como o Movimento em Defesa dos Favelados (MDF) e o Movimento dos Custos de Vida. Por meio dos relatos a seguir podemos observar que elas eram muito participativas e tinham muita influência sobre as lutas.

Destaco a significativa atuação das mulheres, muitas delas líderes das Comunidades Eclesiais de Base, lavradoras, catequistas, mães. (E2)

Só existia uma mulher na diretoria, na época, na associação, e essa mulher depois foi uma das que continuaram, inclusive, e isso culminou na criação do MOBI hoje, né, ela foi uma das que ajudaram na inspiração muito lá atrás, depois outras participaram da criação, inclusive hoje a esposa de um dos agricultores daquela época, né, ela foi a primeira coordenadora do MOBI. (E11)

A Igreja Católica progressista e os Movimentos Sociais, no entanto, sofreram uma grande repressão por parte do Estado, de grandes empreendimentos, fazendeiros e pela ala Conservadora da Igreja Católica, que consideravam as ações tomadas por estes segmentos como comunistas, esquerdistas e prejudiciais ao desenvolvimento. Essa repressão se dava por diversas formas e culminavam no assassinato de Religiosos e membros, como podemos observar a seguir:

As desmobilizações se davam por meio da propagação de ideias de que os movimentos atuavam em prol do comunismo, que eram contra o progresso e que eram provenientes de baderneiros. (E1)

A Igreja, através de seus agentes (...), sempre sofreu a violência por parte do Estado, de empresários, latifundiários e poderosos, seja ela policial ou por meio de jagunços e pessoas utilizadas para assassinatos de lideranças e religiosos, disseminação de ideias deturpadas do conceito de religião baseadas em calúnias.” (E1)

Os movimentos sociais sofreram enfrentamentos psicológicos, físicos, discriminação, violência policial, rejeição por parte da elite conservadora e egoísta que os taxavam de “comunistas, incentivados pela esquerda política”. (E2)

Desmobilizações se davam na recusa (judicial e tantas outras) ao encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores, ameaça e morte de lideranças. (E4)

A Igreja Católica sofria enfrentamentos por estar atuando junto aos movimentos sociais, com ameaças e até prisões de seus membros. (E6)

Mesmo com toda a repressão sofrida, muitos foram os religiosos que continuaram o seu trabalho junto ao povo, exercendo forte influência sobre as lutas e as conquistas de

direitos, muitas vezes colocando sua própria vida em risco pela causa popular e chegando até mesmo a exercer cargos políticos posteriormente.

Destacaram aí as ações e o enfrentamento feito por Dom Helder Câmara, no Nordeste, Dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo e inúmeros padres e religiosos que propuseram a enfrentar o regime e a sofrer as agruras das torturas e mortes em defesa das liberdades civis e do fim do regime de exceção. (E1)

Dom Luciano Mendes de Almeida, criador da Pastoral do Menor, que, posteriormente inspirou a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. (E2)

Dom Adriano Hypólito/RJ, quando bispo de Nova Iguaçu, foi sequestrado e espancado por agentes da ditadura. Ele organizou movimentos populares, abrigou militantes políticos, criou 'A Folha', na qual criticava a falta de liberdade (...) (E2)

Dom Paulo Evaristo Arns/SP, bispo que se destacou por sua luta política, em defesa dos direitos humanos, contra as torturas e a favor do voto nas Diretas. (E2)

(...) e chega o bispo Dom Estevão transferido, e Dom Estevão tinha vindo com toda a bagagem dele de trabalhar (...). E aí então "nas nossa" reuniões a gente discutia já como a Pastoral da Terra, a atuação dele na Pastoral da Terra lá no Araguaia, e ele começa a trabalhar intensamente com as pastorais sociais, inclusive a Pastoral Operária e o incentivo às comunidades de Base. (E9)

Teve um dos padres que se transformou a pouco tempo em Prefeito de Pouso Alegre, depois foi reeleito prefeito de Pouso Alegre. (E11)

Todo o trabalho comunitário realizado pela Igreja Católica progressista e seus segmentos gerou muitos frutos, como já explicitado acima. Além do fim do Regime Militar, por meio de pressão popular e a conquista de direitos na nova Constituição de 1988, muitos sindicatos, associações, Movimentos Sociais, e até mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT) existentes até os dias de hoje, são frutos de todo esse trabalho, apoio e influência.

A própria ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) acredito que se deu em função da Teologia da Libertação, por meio de inúmeros agentes de pastoral, leigos e até religiosos que adentraram à vida política no intuito de buscar mudanças e colocar o Estado a serviço dos menos favorecidos. (E1)

As organizações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em nossa região, se deram principalmente com o envolvimento das comunidades rurais nos anos oitenta, com as diretorias compostas por lideranças surgidas nas comunidades de base (...). (E1)

Assim, o fortalecimento dos sindicatos, o desenvolvimento do senso crítico e dos questionamentos das políticas públicas para a saúde, para a educação,

para o desenvolvimento econômico sustentável, etc. por parte do cidadão comum são resultados advindos desse árduo trabalho. (E7)

Destaco aqui a criação da CUT- Central Única dos trabalhadores e também a criação do PT - Partido dos Trabalhadores, no início da década de 1980. CUT e PT foram ferramentas fundamentais para a retomada da democracia. (E8)

E lá em Poço Fundo essa proposta tocou neles, eles se identificaram bastante com essa questão. E aí disputaram primeiro o sindicato, perderam a disputa pelo sindicato, foi uma chapa mais conservadora que venceu, e depois eles ganharam então a associação. Essa associação era de agricultores familiares, e isso fortaleceu muito o grupo lá. (E11)

Dessa forma, é possível constatar que a Igreja Católica - por meio de sua ala progressista, da Teologia da Libertação, das Pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base - foi de grande importância para a ascensão dos Movimentos Sociais no período do Regime Militar. Por meio da postura adotada por ela e por todo o seu trabalho e influência, o povo se envolveu com as questões sociais pela reivindicação de direitos, indo para as ruas, conquistando o que tanto almejavam e que resultou no fim de um regime completamente autoritário e à conquista de direitos antes inexistentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho destinou-se a descrever a influência dos setores progressistas da Igreja Católica nas questões políticas e na atuação dos Movimentos Sociais durante o período do Regime Militar. Este mesmo trabalho também analisou a importância da Teologia da Libertação no contexto estudado e a atuação das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base junto aos Movimentos Sociais.

Como resultados, tem-se que os membros de Pastorais, Comunidades Eclesiais de Base e Movimentos Sociais, na maioria das vezes, tiveram sua inserção na Igreja Católica durante sua infância ou adolescência, ou foram motivados por familiares, além do fato de que seu trabalho precoce nesse âmbito teve grande influência na construção de sua consciência crítica em relação às questões sociais, ultrapassando o ambiente religioso e estando muito presente em diversos âmbitos, como em questões pedagógicas, por exemplo.

A Teologia da Libertação, por sua vez, exerceu uma relevante influência e importância naquele momento, pois surgiu em um contexto político e religioso em que a sociedade clamava por liberdade e por um olhar atento aos mais marginalizados. Ela foi instrumento de discussão na atuação das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, movimentos nos quais

as ações dessa nova ala da Igreja Católica tornaram-se palpáveis, assumindo as lutas sociais e trabalhando juntamente com os Movimentos Sociais durante todo o período da Ditadura.

Retomando-se a questão central desta pesquisa, foi questionada qual a influência dos setores progressistas da Igreja Católica para as questões políticas e os movimentos sociais no período do Regime Militar. Em um momento de constante repressão popular, a Igreja Católica progressista, com toda a sua autonomia - detendo uma grande influência construída historicamente e após passar por uma reformulação de suas diretrizes - representou um grande apoio e fomento para a ascensão dos Movimentos Sociais, tendo assumido as lutas junto a eles. Todo esse processo acabou por direcioná-los a dar corpo ao Movimento das Diretas Já, pondo fim ao Regime Militar e alcançando uma forma de governo mais democrática, além de dar origem a uma nova Constituição construída em partes por influência das demandas populares, podendo ela, a Igreja progressista, ser considerada como uma instituição de grande relevância política e social nesse período.

No decorrer da pesquisa, um fato bastante explícito foi a existência de uma ala conservadora da Igreja Católica que, juntamente ao Estado e os grandes empreendimentos, muito fez para desmobilizar as ações da ala progressista e dos movimentos sociais, prejudicando as lutas e as conquistas do povo. Dessa forma, como estudos futuros propõe-se analisar mais profundamente como foi à atuação dessa ala conservadora da Igreja Católica frente ao período ditatorial, bem como caberá tentar compreender também como se deu o trabalho da Igreja progressista e dos Movimentos Sociais após esse período e como foi a ligação desses mesmos com o novo Regime Político e o povo.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, J. M. **Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2013.
- AZEVEDO, D. A. **Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Estudos avançados, v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. rev. e atual. Lisboa: Edições, v. 70, p. 3, 1977.
- BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 1985.
- BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. 2011. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em 29 set. 2019.
- BRIGHENTI, A. **Medellín e Teologia da Libertação: muito mais que uma relação histórica**. HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, p. 544-575, 2018.
- CAMILO, R. A. L. **A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade**. Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2011.
- DEBALD, B. S. **A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro—1889/1960**. Revista Pleiade, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2007.
- DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. 2013.
- FELTRAN, G. S. et al. **Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2007.
- FERREIRA JUNIOR, P. B. **A Igreja Católica e o Golpe de 1964**. Cadernos Cajuína, v. 3, n. 3, p. 54-81, 2018.
- GOHN, M. G. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.
- LANZA, F. **Igreja Católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil: a memória dos bispos paulistanos sobre o golpe militar**. Texto apresentado no II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidade e Cultura. UFGD: de Dourados—MS: abril, 2006 e no VII SEPECH—Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas—UEL, 2006.
- MATOS, J. S. SENNA, A. K. de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. 2011.
- MENEZES NETO, A. J. **A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Caderno CRH, v. 20, n. 50, p. 331-341, 2007.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OTTMANN, G. **Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil**. Uma abordagem cognitiva. In: Novos Estudos. São Paulo, n. 41, março 1995.

PERANI, C. **Comunidades Eclesiais de Base**: alguns questionamentos. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 233, p. 20-34, 2009.

SÁ, B. V. COELHO, M. T. A. D. **A influência da igreja católica na educação brasileira**: da companhia de Jesus ao ensino superior. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão – SE. 2012.

SADER, E. **Quando novos atores entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SOUZA, P. N. de. **Ação Católica, militância leiga no Brasil**: méritos e limites. Revista de Cultura teológica, n. 55, p. 39-59, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos**: TCCs, monografias, dissertações e teses. 3. ed. rev., atual. e ampl. Lavras, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/41282>. Acesso em: 08 ago. 2020.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos entrevistados.

- 1- Como foi sua trajetória perante os movimentos sociais?
 - 1.1 Você participou de alguma pastoral ou movimento da Igreja Católica (IC) antes de se inserir em algum movimento ou ação social?
 - 1.2 De qual pastoral ou movimento da IC você participou? Como era sua atuação lá? Quando iniciou seu envolvimento com a IC?
 - 1.3 Em que período ocorreu sua inserção nos movimentos sociais?
 - 1.4 De quais movimentos participou? Como foi sua atuação junto a eles?
 - 1.5 O que motivou a sua inserção nos movimentos?
- 2- Como era a ligação da Igreja Católica com os movimentos sociais?
 - 2.1 Quais eram as formas de mobilização e atuação utilizadas pelos membros da Igreja para atingir outros membros e o povo?
 - 2.2 Quais eram os tipos de enfrentamento e desmobilização sofridos pelos movimentos sociais durante o período do Regime Militar? Como a Igreja agia frente à essas desmobilizações?
 - 2.3 A Igreja Católica sofria algum tipo de enfrentamento por estar atuando junto aos movimentos sociais?
 - 2.4 Você acredita que a IC teve um papel importante para a conquista de direitos durante o período do Regime Militar?
- 3- A IC sempre se mostrou muito conservadora. Para você, o que a despertou a estar atuando com as causas sociais?
- 4- Falava-se muito sobre a Teologia da Libertação naquela época? O povo tinha informações sobre essa nova linha de pensamento ou ela era mais restrita?
- 5- Como era a atuação das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base?
- 6- Você teve contato com alguma pastoral ou com as CEBs? Se sim, como elas atuavam? Como as pessoas eram inseridas nelas? Elas tinham alguma influência direta ou indireta nos movimentos sociais?
- 7- Cite outras pessoas e movimentos sociais que tiveram atuação junto a movimentos sociais no período da Ditadura Militar cuja inserção ocorreu a partir da Igreja Católica (bola de neve).